

MECANISMOS DE CONTROLE DO CORPO: UMA ANÁLISE DE PALMAS – TO

MECHANISMS OF BODY CONTROL: A CASE STUDY OF PALMAS, TOCANTINS

Jeany Castro dos Santos 1
Temis Gomes Parente2
Alessandra Ruita Santos Czapski 3
Darlene Teixeira Castro 4
Kylde Batista Vicente 5

Resumo: O artigo apresenta uma análise histórico-cultural da Praça dos Girassóis, localizada em Palmas (TO), enquanto espaço de sociabilidades atravessadas pela prática de atividades físicas e pela atuação de mecanismos de controle e vigilância sobre os corpos. A pesquisa utiliza a metodologia da história oral, centrando-se nas narrativas de esportistas e profissionais de Educação Física que frequentam o local. Com base nos dados do sistema VIGITEL e nos aportes teóricos de Michel Foucault, discute-se como as práticas corporais são influenciadas por biopolíticas que atuam na normatização dos corpos por meio de indicadores de saúde e padrões estéticos. O estudo demonstra que a Praça dos Girassóis se constitui não apenas como espaço físico, mas como locus simbólico onde se expressam formas contemporâneas de biopoder, subjetividades e resistências.

Palavras-chave: Biopoder. Atividade física. Normalização do corpo.

Abstract: This article presents a historical-cultural analysis of Praça dos Girassóis, located in Palmas, Tocantins, as a space of sociability influenced by physical activity practices and mechanisms of body surveillance and control. Using oral history as a methodological approach, the study is based on narratives from athletes and Physical Education professionals who use the site. Grounded in data from the VIGITEL system and Michel Foucault's theoretical framework, the article discusses how bodily practices are shaped by biopolitical strategies that enforce norms through health indicators and aesthetic standards. The research reveals that Praça dos Girassóis is not only a physical space but also a symbolic locus where contemporary expressions of biopower, subjectivities, and resistance converge.

Keywords: Biopower. Physical activity. Body normalization.

1 Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atualmente é Diretora de Ensino e professora do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Tocantins - Unitins. Lattes <http://lattes.cnpq.br/8912165481099065>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4479-0839>. E-mail: jeanycastros@gmail.com

2 Doutora e Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Pós-Doutora pelo EDEPLAR/UFMG. Professora Titular aposentada da Universidade Federal do Tocantins. Professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0470934521441767>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6086-6402>. E-mail: temis@mail.uft.edu.br

3 Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins- UFT (2023); Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2010); Especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais; Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2005). Atualmente é Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Tocantins; Docente Permanente do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP); líder do grupo de pesquisa interdisciplinar em políticas públicas, Integrante da Câmara de graduação da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, políticas sociais, violência doméstica contra a mulher, dependência química, álcool e outras drogas, é membro do NDE do curso de Serviço Social; integra projetos de extensão e pesquisa da Unitins. É editora Assistente da Revista Extensão. Lattes <http://lattes.cnpq.br/1441323064488073>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3090-2908> E-mail: alessandra.rs@unitins.br

4 Realizou estudos de pós-doutoramento em Redes Sociais na Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2018) , pelo programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Doutora em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela UFBA (2012), Mestrado em Ciência da Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2005), Especialização em Metodologias e Linguagens em EaD (2007) pela Universidade Estadual do Tocantins, Especialização em Gestão e Novas Tecnologias pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (2004), Graduação em Jornalismo (2008) e Letras (2001) pelo Centro Universitário Luterano de Palmas. Professora permanente do Programa PROFIAP: Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - UFT e Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da UFT. Atualmente é Vice Reitora da Universidade Estadual do Tocantins - Unitins e Editora assistente da Revista Humanidades e Inovação. Integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1867-3804> E-mail: darlene.tc@unitins.br

5 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA), Graduada em Letras e Mestre em Letras e Linguística (UFG). Realizou estudos de pós-doutoramento em Letras e Linguística (UFG). Atualmente é Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins); atua na Secretaria Estadual de Educação (Seduc-TO) e no Centro Universitário ITOP (Unitop). É editora das revistas: Humanidades e Inovação (<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao>), Revista Extensão (<https://revista.unitins.br/index.php/extensao>) e Revista Multidebates (<https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista>). Integrante da Câmara de Extensão da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), integrante da Rede Internacional de Extensão Universitária (Rieu), integra o projeto Figuras da Ficção, colaborando no Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa, do Centro de Literatura Portuguesa (Universidade de Coimbra).. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1249709305972671>. ORCID: <http://orcid.org/0000->

Introdução

O presente estudo se propõe a tematizar a Praça dos Girassóis, localizada em Palmas, Estado do Tocantins, como lugar de controle e vigilância do corpo a partir da realização de atividades físicas. Essa praça foi construída na parte central do plano diretor da cidade, entre o cruzamento da Avenida Teotônio Segurado e Avenida Juscelino Kubitschek. Nela constam amplos espaços que são utilizados por esportistas em atividades de treinamento funcional e corrida, com maior recorrência entre o final da tarde e início da noite.

A escolha das atividades físicas como tema de investigação deste artigo reporta ao ano de 2017, em que foi exibido no jornal local¹, dos dados da pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde (MS), intitulada Vigilância dos fatores de risco para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL), a qual destacou o resultado alcançado por Palmas em relação aos percentuais de sobrepeso e hipertensão arterial. A matéria foi gravada na Praça dos Girassóis e contou com a seguinte chamada: “De acordo com os dados do Ministério da Saúde, Palmas é a capital mais magra do Brasil” (Jornal Anhanguera, 2017). Ao referir-se a Palmas como a capital mais magra do Brasil², a imprensa local reforçou o mecanismo de normalização³ presente na teoria do biopoder, o controle do corpo, mediante dados da VIGITEL, que na análise deste artigo faz referência à valorização do estereótipo do corpo magro⁴.

Os indicadores⁵ criados pela VIGITEL compreendem biopolíticas, cujo objetivo é controlar a população no que se refere a: i) doenças crônicas; ii) excesso de peso e obesidade⁶, iii) álcool e iv) hábitos saudáveis (Brasil, 2006-2019). A biopolítica, de acordo com Foucault (1999, p. 293),

[...] vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global [...]

Dessa forma, a aplicação da VIGITEL, no que se refere ao controle do peso, atua no processo de normalização do corpo devido ao estabelecimento de indicadores de normalidade; a imprensa local, na mesma direção, atua no controle da população ao apresentar imagens do corpo idealizado (magro), revelando que o poder sobre o biológico é mais exercido que possuído⁷, conforme sinaliza Foucault (1987).

1 TV-Anhanguera e G1- Tocantins.

2 De acordo com o noticiário jornalístico, o dado da VIGITEL refere-se ao período de 2006 a 2016.

3 “[...] o elemento que circula entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a ‘norma’. A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto à população que se quer regulamentar [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

4 De acordo com Goellner (2008, p.251), o corpo valorizado socialmente é o magro: “Seja magra! Faça ginástica! Conquiste a beleza autêntica por meio de hábitos saudáveis!”.

5 “Os indicadores monitorados pelo VIGITEL compõem o módulo fixo do sistema e analisam os aspectos relativos a: hábito de fumar, presença de excesso de peso ou de obesidade, características do padrão de alimentação e da atividade física, consumo abusivo de bebidas alcoólicas, auto avaliação do estado de saúde, referência a diagnóstico médico de hipertensão arterial, diabetes” (BRASIL, 2009, p. 24, grifo nosso).

6 De acordo com Sant’Anna (2014, p. 9) “a obesidade foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2005. Evidentemente, as indústrias farmacêuticas têm um enorme interesse nessa declaração. Se há uma pandemia da obesidade, divulgada de modo espetacular pelos meios de comunicação de massa, ela não ocorreu sem provocar outra: trata-se de uma pandemia das dietas. E o dever destas recaiu às mulheres”.

7 Foucault (1987, p. 63): “vigiados em todos os seus pontos [...] onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados [...] onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado entre os vivos, os doentes e

A sistematização de 10 anos (2006 a 2016) da VIGITEL em relação aos hábitos da população das capitais brasileiras trouxe que Palmas, a capital do Estado do Tocantins, se destacou no item “ii excesso de peso e obesidade⁸” por apresentar o menor percentual (47,7%).

Adotou-se o período de 2006 a 2016 como delimitação temporal deste estudo pela publicação de 10 anos da sistematização dos dados referente aos fatores de risco às doenças crônicas não transmissíveis pela VIGITEL, como argumento para construção social do ideal de corpo a ser perseguido pela população das capitais brasileira, incluído Palmas. Quanto à delimitação espacial da pesquisa, toma-se como objeto de análise a Praça dos Girassóis, localizada em Palmas, Estado do Tocantins, mesmo local escolhido pela imprensa local para dar publicidade aos resultados da pesquisa, no ano de 2017.

O artigo foi estruturado em cinco tópicos. No primeiro, apresenta-se a fundamentação teórica e, em seguida, procura-se discutir cada um dos mecanismos de controle do biopoder. Na segunda parte do artigo, discute-se sobre a medicalização dos corpos. Esse mecanismo apresenta a atividade física como uma medicação preventiva contra os males que podem recair sobre o corpo.

Em seguida, discute-se sobre os mecanismos de monitoramento dos corpos como medida do biopoder para evitar corpos transgressores. O monitoramento dos corpos atua sobre duas perspectivas: a primeira é a de definir a norma, estabelecendo o que deveria ser aceito como normal e anormal, e a segunda é a de controlar os corpos transgressores de forma a que voltem o olhar para a norma.

Na sequência, apresenta-se uma reflexão sobre as medidas de regulamentação, que têm no Estado o poder de controlar o que as pessoas podem ou não fazer em nome da saúde. Na última parte, busca-se demonstrar que a norma não é algo fixo; ela se mantém como norma na medida em que atende aos interesses sociais e culturais de cada época e lugar.

Metodologia

Pensar a Praça dos Girassóis para além da sua arquitetura só foi possível mediante a análise da subjetividade presente nas motivações que levaram mulheres e homens a realizar atividades físicas nesse lugar. Importante ressaltar que a metodologia utilizada neste estudo é a história oral e esta é sempre resultado de um processo dialógico entre a pesquisadora e sua fonte, por esta razão “[...] depende largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogo e relações pessoais” (PORTELLI, 1997, p. 35), e depende em igual medida, do que a entrevistada ou o entrevistado narra e do que será interpretado pela pesquisadora. A interpretação não pode ser baseada simplesmente nos fatos narrados, mas, sobretudo, nos significados que eles possuem, os quais, por sua vez, dependem da lupa teórica adotada no estudo.

A história oral tem na narrativa o seu principal elemento de análise dando maior atenção aos significados dos eventos narrados do que aos eventos em si. Esse aspecto pode ser evidenciado mediante uma característica da memória que é a seleção dos eventos significativos, visto que, como destaca Portelli (1997, p. 33), a memória “não é um depósito passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significados”.

As entrevistadas e os entrevistados contam não apenas o que fizeram, “mas o que queria[m] fazer, e o que acreditava[m] estar fazendo e o que agora pensa[m] que fez” (Portelli, 1997, p. 31). A este respeito o historiador Losandro Antonio Tedeschi (2014, p. 37) esclarece que as “memórias se constroem e se organizam, na vontade de incursionar o sentido das vivências do passado no propósito de expô-las seletivamente, publicamente e coerentemente

os mortos”.

8 O cálculo que define o “excesso de peso” é obtido mediante a utilização do Índice de Massa Corporal (IMC). O indicador de normalidade considera o peso versus altura. Por meio de uma avaliação nutricional, obtém-se o cálculo do IMC, da Circunferência da Cintura (CC) e do Percentual de Gordura Corporal (PGC). Estes três elementos são utilizados pelos profissionais de saúde para classificação do peso da população em normal e anormal (Pereira; Haraguchi, 2015).

narradas para dar conta da trajetória de vida da pessoa em sociedade”. Essa é uma característica importante para a escolha da metodologia de história oral, visto que é na subjetividade dos fatos narrados que os objetivos desta investigação foram alcançados.

Fizeram parte deste estudo profissionais de educação física e esportistas que realizam atividades físicas orientadas por profissionais de Educação Física na Praça dos Girassóis⁹. Para preservar o sigilo¹⁰ das entrevistadas e dos entrevistados¹¹, foram-lhes atribuídos nomes fictícios. Para tanto, utilizaram-se os nomes dos deuses da mitologia greco-romana, em virtude da preocupação que esses dois povos tinham com o corpo. Para as mulheres, adotou-se o nome das deusas romanas e para os homens utilizou-se o nome dos deuses gregos.

Controle do corpo e da vida: entre o poder disciplinar e o biopoder

O poder disciplinar¹² foi um termo cunhado por Foucault (1987) em uma de suas obras, que em português, recebeu o título de *Vigiar e Punir*. O poder disciplinar “é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (Foucault, 1987, p. 143). Ele tem no corpo o seu principal objetivo. Nesse sentido, o autor valeu-se do estudo de instituições disciplinares como prisões, hospitais, fábricas e escolas para demonstrar como essas instituições podem, por meio do estabelecimento da norma, controlar gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos.

Já o termo biopoder foi conceituado por Foucault (2008, p. 3) como sendo o “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas [...]”. O biopoder se ocupa, portanto, em garantir a permanência da espécie humana, para tanto, busca, através da vigilância, controlar, por meio de percentuais, indicadores e taxas, tudo que pode vir a comprometer a vida.

O biopoder atua por meio da regulamentação de comportamentos, ou seja, se ocupa na antecipação de comportamentos indesejáveis, compreendendo uma “série de vigilância, controle, olhares diversos que permitem descobrir, antes mesmo de o ladrão roubar, e se ele vai roubar” (Foucault, 2008, p. 8).

O poder disciplinar e o biopoder estão intimamente ligados, contudo um se distingue do outro na aplicação e na finalidade, sendo que um não coexiste sem o outro, como explica Pogrebinschi (2003, p. 197): “a norma da disciplina e a norma da regulamentação [...] essa norma ambivalente, na qual coexistem indivíduo e população, corpo e vida, individualização e massificação, disciplina e regulamentação”. A norma cria estratégias para seduzir e conquistar por meio da promessa de felicidade e bem-estar.

Pensar a atividade física à luz da teorização de Foucault (1987; 1999) permite estabelecer conexões entre a norma presente na disciplina e a norma presente na regulamentação. Assim, tanto indivíduos quanto população são levados a realizar atividade física com a promessa de alcançar bem-estar social. A explicação de Silva (2015, p.107) para esta situação está na necessidade que a sujeita e o sujeito têm de buscar a felicidade, a ascensão social, a excitação de viver, e “esses anseios são resultado de uma trama de enunciados regulares que geram um valor de verdade existencial, atuando diretamente sobre a vida” (p. 107).

Tanto a disciplina quanto a regulamentação buscam estabelecer o que é normal e o que é anormal, determinando como as pessoas devem ser e se comportar para serem aceitas. Para

9 Este critério foi estabelecido devido à centralidade que a Praça exerce no desenho urbano de Palmas e por não ter sido projetada para esta finalidade. Tal situação pode evidenciar a presença dos mecanismos do biopoder na escolha tanto pelas pessoas que utilizam a praça para atividades físicas quanto pelos profissionais que utilizam a praça para fins econômicos.

10 O sigilo foi uma recomendação do Conselho de Ética.

11 Todas as entrevistas foram realizadas pelas pesquisadoras.

12 Para representar essa forma de poder, Foucault retoma o conceito de panóptico desenvolvido pelo filósofo Jeremy Bentham no século 19.

avancar nessa discussão, apresenta-se a seguir um quadro síntese do poder disciplinar e do biopoder, o objetivo é entender a estreita relação entre um e outro, visto que coexistem e são mutuamente relacionais.

Quadro 1. Comparativo entre o poder disciplinar e o biopoder

Poder disciplinar	Biopoder
Indivíduo	População
Corpo	Vida
Anatomia política do corpo humano	Biopolítica da espécie humana
Individualização	Massificação
Disciplina	Regulamentação
Vigilância	Regulação
Maximização da forma	Otimização da vida
Norma	Norma
Coerção	Sedução
Normalização disciplinar	Mecanismos de segurança
Organização disciplinar da instituição	Biorregulamentação pelo Estado
Instituições	Mecanismos reguladores estatais
Treinamento individual	Equilíbrio global

Fonte: Elaboração própria com base em Pogrebinschi (2004)

A comparação entre o poder disciplinar e o biopoder busca explorar as evidências que os distanciam e os aproximam. O poder disciplinar consiste numa manipulação calculada do corpo, portanto atua sobre o indivíduo. Já o biopoder consiste na ampliação do poder disciplinar, opera por meio da sedução e busca imprimir, na população, um estado de constante vigilância sobre os fatores que possam comprometer a vida. Nesse sentido, é um poder que:

[...] se instala e se dirige à multiplicidade dos homens [e mulheres], não na medida em que eles [elas] se resumem em corpos, mas na medida em que ele [poder] forma, ao contrário uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença [...] (Foucault, 1999, p. 289).

Esse aspecto encontra ressonância nos discursos da área médica que atribuem às atividades físicas características medicamentosas, como constatadas por Coelho e Fonseca (2007, p. 65): “nunca se falou tanto da vida [...] viver melhor; viver com qualidade e então a vida passou a significar o nosso maior investimento, seja de tempo, de dinheiro ou de preocupação”.

Assegurar a vida da população é o principal argumento do biopoder. Preocupa-se com tudo que possa limitar a vida do ser humano, não de forma particular, mas no que se refere à espécie humana. Há uma preocupação com comportamentos que podem levar à morte (Diniz; Oliveira, 2014).

No que se refere à anatomia política do corpo, o poder disciplinar é responsável pelo controle dos comportamentos por meio da norma, como é o caso desta investigação, que tem na atividade física o seu objeto de estudo. Todavia, pensar a norma somente na perspectiva da saúde/doença é um pensamento simplista, pois a norma se aplica, também, ao controle da sexualidade, no entanto não será discutido neste artigo, em que a atividade física acaba por constituir-se, em alguma medida, como um mecanismo que reforça os binários: mulher/homem, fêmea/macho, feminino/masculino.

A biopolítica busca ampliar o poder, controlando os processos biológicos através da medicalização da vida e de protocolos estatísticos, característica do biopoder (Nascimento et

al., 2017). O biopoder busca estabelecer parâmetros que classificam as pessoas em normal e anormal, possibilita a criação de indicadores de normalidade e de anormalidade e estes parâmetros são utilizados para o julgamento do próprio corpo e da população.

Pogrebinschi (2003) apresenta que a norma é o elemento que transita entre o poder disciplinar e o biopoder. Ela possibilita a manutenção do equilíbrio entre a disciplina e a regulamentação. A ordem disciplinar do corpo e a ordem aleatória da população geram a coexistência do binômio: individualização e massificação.

No poder disciplinar, a norma é de cunho impositivo, o que reforça o seu caráter negativo. Assim, “o castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, ele é corretivo. Com a sanção, os indivíduos são diferenciados em função de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível [...] são avaliados, e por isso são, por mais uma vez e por mais um motivo, individualizados” (Pogrebinschi, 2004, p. 193).

No biopoder, a norma procura afastar o aspecto negativo da imposição, pois está em outro nível. Ao atuar sobre a população, busca imprimir um aspecto positivo, por meio da naturalização do ato, utilizando-se da sedução para controlar e vigiar a população (Furtado; Camilo, 2016).

Por trás da “vontade de cuidar do corpo”, há todo um processo que busca estimular o ato e influenciar nas decisões. Para alcançar o máximo de utilidade dos corpos, a população é levada a achar que a decisão foi tomada livremente. Assim, o biopoder atua por meio da,

[...] medicalização dos corpos, cria sistemas de correção, formas de transformar o indivíduo, alterar o comportamento, atuar sobre a vida. Passa-se a diferenciar o que é normal do que é anormal. Trata-se como doente aquele que é estranho. A normalização de determinados comportamentos implica no estranhamento do outro. Isso é o biopoder, é o controle da vida (SILVA, 2015, p. 109).

O biopoder busca construir um ideal de corpo em que a responsabilidade de alcançar o ideal estabelecido é da própria pessoa. Ela deve se responsabilizar pela sua saúde, bem como passa a ser de sua responsabilidade os problemas de saúde pública (Kraemer *et al.*, 2014), como é o caso da obesidade¹³.

A obesidade, no biopoder, é um exemplo de anormalidade que gera punição e autopunição, pois é atribuída à pessoa a culpa pelo corpo que possui, desconsiderando os aspectos biológicos, sociais e econômicos. Dessa forma, a pessoa passa a ser a única culpada pelo corpo que possui, por ter o corpo diferente da norma¹⁴. De acordo com Sant’Anna (2014, p. 3), “a obesidade é tida como um dos piores inimigos da beleza e da saúde”, com isso o indivíduo acaba desenvolvendo o estranhamento com o próprio corpo, levando-o, inclusive, à prática de atividades físicas.

No biopoder, a preocupação é criar estereótipos que concentrem os ideais a serem seguidos, possibilitando que as pessoas se sintam seduzidas a buscá-los sem questionar nem resistir. Conforme Coelho e Fonseca (2007, p. 66), “somos sutilmente envolvidos por uma rede que controla nossa forma de viver, trabalhar, pensar, amar, a perspectiva chegou num tal ponto refinado que já não sabemos se realmente queremos algo ou se somos impelidos a querê-lo”.

A análise do corpo, neste estudo, a partir da disciplina e da regulamentação, conduz ao entendimento que o biopoder não opera por meio de medidas coercitivas, e sim com estratégias ligadas à sedução que convencem as pessoas a realizar atividade física como forma de obter saúde e beleza. Dessa forma, no presente estudo, tem-se o “corpo magro” como a

13 De acordo com Sant’Anna (2014, p. 7). “o termo obesidade teve um de seus primeiros usos no século XVII [...] para quem ela era uma doença [...]”. Mas, de acordo com a autora, foi, sobretudo, no século XXI, “que diversos relatos pessoais sobre as penas de ter um peso excessivo começaram a aparecer com maior frequência na imprensa, expressando o sofrimento de viver uma situação paradoxal ‘dentro de um corpo’ historicamente transformado em algo tão precioso como outrora havia sido a alma, mas, ao mesmo tempo, enfrentar o sentimento de ter sido traído por ele, na medida em que a aparência física foge do padrão de beleza e elegância vigente” (Sant’anna, 2014, p. 8).

14 De acordo com Sant’Anna (2014, p. 12), “a obesidade concentra-se hoje nas classes sociais pobres. Aumento de peso e má alimentação forma, portanto um par produtor de corpos volumosos e fracos”.

representação destes dois elementos: saúde e beleza, e outros a eles relacionados como: vigor e força, superação e sucesso.

O biopoder consiste em uma tecnologia de poder encarregada de convencer a população da importância de preservar a vida, ou seja, se propõe a eliminar tudo aquilo que ameaça a preservação e o bem-estar da população. Para tanto, como descrevem Diniz e Oliveira (2014), o biopoder utiliza-se de duas tecnologias: da disciplina, que se aplica ao corpo, devendo ser vigiado, treinado e eventualmente punido para evitar a transgressão; e da biopolítica, que se dirige a população, na medida em que se preocupa com as relações entre a espécie humana e o meio em que ela vive.

Tanto os mecanismos disciplinares quanto os reguladores buscam antecipar-se a comportamentos transgressores que possam contrariar a norma. Ao estabelecer o que se deve comer, a quantidade de vezes que a pessoa deve praticar atividade física e por que se deve evitar os comportamentos de risco, elementos presentes na pesquisa da VIGITEL, o governo estaria compondo o perfil de regularidade apontado pela biopolítica.

Tanto as fontes orais quanto as documentais¹⁵, como é caso dos dados estatísticos da VIGITEL, estão sujeitos às influências sociais¹⁶, perceptíveis apenas se considerada a subjetividade com o qual foram produzidos. A esse respeito Thompson (2002, p. 144) adverte que os dados estatísticos não podem ser tomados como verdade imutável e absoluta, pois estão sujeitos às influências sociais de uma época ou de um tempo.

A interrogação que se propõe às fontes oral e escrita, neste item, objetiva estabelecer uma aproximação entre elas. Dessa forma, interessa interrogar ao documento produzido pela VIGITEL se o interesse da pesquisa é de fato o bem-estar da população. Pergunta-se, ainda, qual o objetivo para a criação dos indicadores¹⁷.

A atividade física, pela forma como está presente na legislação brasileira de saúde e pela forma como é apresentada nos estudos da VIGITEL, representa, para este estudo, à luz da teorização de Foucault (1999), o poder de “fazer viver”, pois visa prevenir as doenças endêmicas, aquelas que, devido “a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população” (Foucault, 1999, p. 290) podem levar à morte.

Nas próximas linhas, apresentam-se os mecanismos do biopoder e como agem no contexto cotidiano das e dos esportistas. Inicia-se com a medicalização do corpo, em que o saber médico se mostra como uma verdade incontestada e, por esta razão, receita a atividade física como uma medida preventiva contra doenças. Em seguida, discute-se sobre o monitoramento da população a partir de um diálogo entre as fontes documentais e as fontes orais.

Na sequência, discute-se de forma mais aprofundada sobre as medidas de regulamentação das atividades físicas que agem de forma conjunta com a medicalização para influenciar na decisão de praticar atividades físicas. Ao final, promove-se uma discussão buscando demonstrar que a norma presente no biopoder não é fixa, ela se modifica a depender do contexto social em que se insere. Assim, fica perceptível que as atividades físicas nem sempre foram estimuladas como são no presente, pelo menos para as mulheres.

Medicalização do corpo

O biopoder tem como dispositivos a normalização e a regulamentação, por isso a medicalização do corpo é uma medida para mantê-lo na norma. A norma, no biopoder, opera na regulamentação do comportamento; esta, por sua vez, consiste em uma ação do Estado que

15 O diálogo entre as fontes orais e documentais pode ser identificado nos dados da VIGITEL em que Palmas se destaca pela quantidade de pessoas que realizam atividades físicas.

16 O comportamento da população de Palmas em relação à realização de atividades físicas aparece nos dados da VIGITEL. O monitoramento da população, no mesmo sentido, possui a intencionalidade de criar indicadores de normalidade e de enquadrar as pessoas nesses critérios.

17 “Os indicadores monitorados pelo VIGITEL são classificados em duas categorias: àqueles que compõem o módulo fixo do sistema e outros que compõem o módulo rotativo. Este relatório, restrito ao módulo fixo, analisa indicadores relativos a: hábito de fumar, presença de excesso de peso ou de obesidade, características do padrão de alimentação e da atividade física, consumo abusivo de bebidas alcoólicas, auto avaliação do estado de saúde, referência a diagnóstico médico de hipertensão arterial, diabetes” [grifo meu] (Brasil, 2009, p. 24)

é viabilizada, dentre outras, pela criação de leis.

A medicalização da população brasileira, pelo Estado, por meio da realização de atividades físicas, está prevista na Lei nº 8.080/90, que versa sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde pública. A inclusão da atividade física na Lei nº 8.080/90 foi regulamentada pelo art. 3º da Lei nº 12.864 de 2013, como segue:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo a saúde como determinante e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, **a atividade física**, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (Brasil, 2013, grifo meu).

A atividade física aparece ao lado de outras necessidades do ser humano tidas como essenciais a sua saúde como: “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação” e outras que, indiretamente, no contexto da cidade, também contribuem para a saúde como o “transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais”.

A partir do referencial teórico do biopoder, observa-se que a atividade física é tratada como uma medida medicamentosa, visto que é considerada, na legislação brasileira, como a norma a ser seguida. A norma é o que torna a preocupação com a saúde um argumento utilizado para incentivar a população a realizar atividades físicas.

A saúde pública, no contexto das duas últimas décadas 2006-2016, tem reivindicado o corpo magro como sinônimo de saúde, ao mesmo tempo em que rejeita o corpo gordo, e a obesidade passa a ser considerada um fator de risco à saúde pública (Brasil, 2006-2019). Sobre esse aspecto, tomando como referência Foucault (1984), à medida que as relações de poder apontam para a consciência do indivíduo sobre o seu próprio corpo¹⁸, o poder¹⁹ passa a investir sobre o corpo. O autor exemplifica o investimento do poder em casos em que o corpo reivindica para si o controle. Para esses casos oferece ao corpo,

a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo...tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, metucioso, que o poder exerceu sobre o corpo [...] (Foucault, 1984, p. 131).

À medida que o indivíduo reivindica o poder sobre o seu próprio corpo, podendo, inclusive, decidir por mantê-lo gordo ou magro, o corpo entra em disputa com o poder e o “o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado” (Foucault, 2021, p. 235). Nesses termos, o poder passa a explorar economicamente o corpo, por meio da oferta de produtos e serviços como resposta à revolta do corpo.

A estratégia do poder passa a ser o controle-estimulação: “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado” (Foucault, 2021, p. 236). Nesse sentido, o autor adverte que a cada movimento de um dos dois adversários – o corpo e o poder – ocorrerá o movimento do outro. Com esta explicação teórica, analisa-se a narrativa de Minerva, na qual se observa uma resistência do corpo ao poder: Minerva busca, por um determinado tempo, o controle sobre o seu corpo, mas, em seguida, sede às investidas do poder.

Toda vez que você vai ao médico, começa a perguntar: – Você pratica alguma atividade física? E eu já não tinha mais cara para dizer que não praticava nenhuma atividade física.

18 De acordo como Coutirini (2013, p. 12), “[...] o corpo, um belo dia, veio a bater à porta. E Foucault é um daqueles talvez, que mais a encarnou. O corpo de fato é uma invenção recente: antes da virada do século XX, ele não exercia senão um papel secundário na cena do teatro filosófico onde, desde Descarte, a alma pareceria exercer um papel principal”.

19 “Se o poder é forte, é porque ele produz em igual medida aquilo que ele proíbe”, e acrescenta: “ele [Foucault] soube se desviar de uma concepção do poder como técnica de dominação, para discernir a maneira com a qual os indivíduos chegam a exercer sobre seu próprio corpo, [...] no uso dos prazeres e das paixões” (Coutirini, 2013, p. 17).

A resposta do poder à reivindicação do corpo, no exemplo de Minerva, é a indicação de atividades físicas²⁰. Mas essa indicação só é efetiva se feita por uma autoridade com discursos de verdade²¹, como o da área médica. Como explica Foucault (1984, p. 134), o poder, no caso do saber médico, “longe de impedir o saber, o produz. [...] E a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico”, capaz de convencer o paciente de que a indicação ou a medicalização do corpo é a decisão a ser seguida.

A Lei nº 12.864/2013 apresenta a atividade física como um determinante e condicionante da saúde da população. A regulamentação da saúde pública, pelo Estado, tem na atividade física uma medida medicamentosa capaz de prevenir doenças. Nota-se que o poder se apropria do saber para controlar o corpo, por meio da atividade física.

O biopoder, por meio da norma, atua no movimento de levar a população a acreditar que um determinado comportamento é normal. A norma diferencia o normal do anormal, sendo que para estar na norma é necessário atender as suas exigências. No caso desta relação médico-paciente, a norma é garantir que o paciente se previna contra as doenças. O medicamento capaz de prevenir a doença, no caso da narrativa de Minerva, foi a indicação de que ela deveria realizar atividade física.

A ação do médico ao recomendar a atividade física como medida preventiva contra doenças é preconizada em Lei. A existência de uma lei que orienta a realização de atividade física não é um determinante para o seu atendimento, mas é uma forma de validar o saber médico, definindo que a atividade física é um condicionante e determinante da saúde da população.

Na continuação da narrativa de Minerva é possível observar a relação estabelecida entre a realização de atividade física e a saúde, ou por outra dimensão, a presença da doença como consequência da ausência de atividade física.

Então pensei: – Não vou chegar ao ponto do médico me dizer que eu estou com diabetes, que eu estou com colesterol para eu começar a realizar atividade física.

A medicalização da vida conduz o indivíduo a uma verdade incontestável que é o diagnóstico da doença e a promessa da sua cura. Assim, “o médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o ‘corpo’ social e mantê-lo em um permanente estado de saúde” (Foucault, 2021, p. 203).

No contexto da narrativa de Minerva, o médico possui a autoridade para definir o que o indivíduo pode ou não fazer em nome da saúde: “Eu não vou chegar ao ponto do médico dizer que eu estou com diabetes, que eu estou com colesterol”. Essa narrativa aponta que o controle do corpo é autorizado pelo saber médico que constrói “um ideal de corporeidade em que a saúde é um valor supremo, a ser buscado tanto individualmente quanto pela população” (Zarzanelli; CRUZ, 2018, p. 726).

A narrativa de Minerva revela ainda que a possibilidade de estar em risco de adoecer se converte na própria doença. A medicalização do corpo, presente em sua fala, caracteriza-se como a exacerbação do cuidado de si em busca da saúde ideal em que a medicina de intervenção é autoritária. A autoridade da medicina de intervenção:

[...] está em um campo cada vez mais amplo da existência individual e coletiva, e acirrou-se no decorrer do século XX e XXI, sob outros modos. Hoje, a medicina está dotada de um poder autoritário com funções normalizadoras que extrapolam a existência das doenças e das demandas do doente (Zarzanelli; Cruz, 2018, p. 727).

É possível inferir que Minerva não possuía nenhuma doença, todavia, como não praticava atividade física, poderia vir a ter os níveis de glicose e colesterol alterados, podendo, dessa forma, se converter numa doença. O biopoder atua na antecipação de situações que fujam ao

20 “A atividade física é uma forma de exploração econômica do poder sobre o corpo” (Foucault, 2021, p. 131).

21 De acordo com Foucault (2021, 137), discurso de verdade é aquele capaz de produzir efeitos sobre o sujeito.

controle da norma, para isso, vale-se do saber médico para produzir discursos de verdade que possam levar a população a modificar, alterar ou corrigir comportamentos.

Em relação à análise da narrativa de Minerva, à luz da história oral, observa-se certa insatisfação com as investidas do médico em tentar convencê-la a realizar atividade física: “E eu já não tinha mais cara para dizer que eu não praticava nenhuma atividade física”. O desconforto de Minerva revela que a prevenção de doenças, por meio da realização de atividades físicas, é uma percepção do presente em relação ao passado. Sobre isso Bosi (1994) descreve que a memória²² é retrabalhada à medida que a sujeita e o sujeito se propõem a lembrar de uma experiência do passado; trabalhando e retrabalhando essas lembranças vai-se articulando a experiência vivida no passado com a compreensão das experiências vividas no presente.

A interpretação que Minerva fez do diálogo com o médico, ao narrar sua história para a pesquisadora, é que o diabetes e o colesterol são doenças decorrentes da falta de atividade física. Com base no referencial teórico do biopoder, uma interpretação que surge sobre o fato narrado por Minerva é que a atividade física é apresentada a ela como medida medicamentosa capaz de prevenir doenças, “visto que a medicalização se caracteriza pela intervenção médica sobre o plano da vida dos sujeitos, exercendo um controle sobre a população e o indivíduo” (Zorzanelli; Cruz, 2018, p. 725).

O argumento da doença torna ainda mais efetivo o controle sobre o corpo, como apresentam Rafael Nogueira Furtado e Juliana Aparecida de Oliveira Camilo (2016, p. 37): “corpos obedientes e medicalizados, punidos se preciso, cuja força produtiva disponível oferece-se à utilização”. Corpos que são pensados pela utilidade que podem ter, por isso são vigiados e controlados, pois, para ser útil, precisam ser saudáveis.

A noção de corpo saudável está inserida no contexto da medicalização²³ indefinida que teve início no final do século XIX e se estende até os dias atuais. De acordo com Rafaela Teixeira Zorzanelli e Murilo Galvão Amâncio Cruz (2018), esse momento se caracteriza pela extrapolação da ciência médica à vida como um todo, ou seja, o saber médico se aplicaria a todas as dimensões do corpo, inserindo-se, dessa forma, no campo semântico do biopoder.

O saber médico produz efeitos de verdade no interior do discurso, que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Na narrativa de Carmenta, apresentada a seguir, é possível identificar a relação direta entre um sintoma, apresentado como uma doença, e um medicamento, apresentado como a cura desta doença: um discurso de verdade produzido pelo saber médico que é aceito e reproduzido por Carmenta.

[...] como eu tive uma crise de coluna eu precisava realmente me exercitar para fortalecer a musculatura, [...] eu não posso ficar sem me exercitar né. [...] Eu sei que eu preciso fazer, independentemente de qualquer outra coisa só que assim, a gente sempre procura um meio mais prazeroso né [...] mas assim, primeiro a necessidade de me exercitar mesmo, porque as minhas dores na coluna melhoram muito.

O uso da primeira pessoa do discurso “eu” presente na narrativa de Carmenta: “Eu preciso [...] me exercitar”, “Eu não posso ficar sem me exercitar”, “Eu sei que eu preciso fazer”, evidencia o quão imperativo são os discursos produzidos pelo saber médico. Todavia, Foucault (1984) adverte que o poder não é apenas imperativo, pois, se assim fosse, não seria obedecido. Ele induz ao prazer, como consta da narrativa de Carmenta “[...] Só que assim, a gente sempre procura um meio mais prazeroso né [...]”. Para Foucault (2021, p.11), “o que faz com que o

22 De acordo com Bosi (1994), o ato de lembrar-se do passado passa por processos de resignificação que levam em consideração as experiências do presente. Assim, a noção de memória, para a autora, está articulada com a compreensão da realidade que o indivíduo tem hoje. O fato da narrativa sobre uma experiência do passado ter sido resignificada pelas experiências do presente não significa que não seja verdadeira ou original.

23 Zorzanelli e Cruz (2018) apresentam dois sentidos atribuídos por Foucault ao conceito de medicalização, o primeiro se refere ao processo de sanitização imposto às cidades europeias entre os séculos XVII e XIX, e o segundo, denominado como medicalização indefinida, teve início no final do século XIX e se estende nos dias atuais. A estes dois sentidos Zorzanelli e Cruz (2018, p. 725) afirmam: “de fato, o processo de medicalização continua se referindo a uma intervenção médica muitas vezes, autoritária. Entretanto, não mais relacionada apenas ao nível da política, mas a todo e qualquer aspecto da vida humana”.

poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”.

A proposta desta discussão foi apresentar como a medicina se apropriou de diferentes aspectos da vida, sendo que este saber-poder, de acordo com Foucault (1999, p. 302), “incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos e que vai, portanto, ter efeitos disciplinares e efeitos reguladores”. De acordo com Aronowitz (2009), as mudanças na percepção das doenças, não só aquelas que a população possui, mas também aquelas que ela pode vir a ter, desencadearam maior recrutamento de populações por meio de tecnologias de rastreamento, como é o caso do monitoramento realizado pela VIGITEL, que cria indicadores de saúde para a população brasileira, como será debatido a seguir.

Monitoramento da população

O controle da população pelo Estado, à luz do biopoder, pode ser observado na pesquisa desenvolvida pela VIGITEL. Essa pesquisa está sendo desenvolvida desde 2006 e conta com a publicação anual dos resultados.

Um dos aspectos analisados na pesquisa faz referência à regularidade em que a população das capitais brasileiras realiza atividades físicas. A atividade física, conforme consta na Lei nº 8.080/90, é entendida como um determinante e condicionante da saúde da população. Sendo assim, o comportamento da população das capitais brasileiras é monitorado sistematicamente, tendo sido publicado, em 2017, o resultado de 10 anos da pesquisa. Nesse, por meio de uma análise comparativa, evidenciou-se que Palmas apresentou os menores percentuais de obesidade entre as capitais brasileiras.

Os indicadores obtidos pela pesquisa realizada pela VIGITEL podem ser utilizados pelo Estado, dentre outras finalidades, para o desenvolvimento de biopolíticas que revertam quadros de anormalidade. Conforme Diniz e Oliveira (2014, p. 150), a biopolítica irá manipular “[...] de forma calculada os gestos, comportamento e outros elementos do corpo humano inserindo-o em uma espécie de maquinaria do poder que irá esquadrihá-lo, desarticulando-o para que o mesmo seja recomposto”.

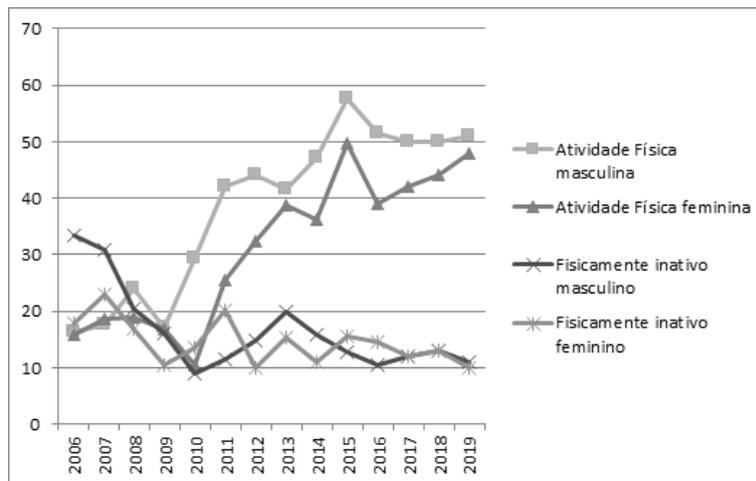
Para a análise das narrativas de história oral, além das fontes orais, valeu-se das fontes documentais, as quais fazem referência aos dados da VIGITEL que trata sobre os fatores de risco da população das capitais brasileiras. Thompson (2002, p.139) esclarece que a metodologia de história oral permite o uso de variadas fontes, com o propósito de “buscar a consistência interna, procurar confirmação em outras fontes”.

Tendo como referência a teorização de Foucault (1999) a respeito da biopolítica, a pesquisa da VIGITEL pode ser entendida como uma forma do Estado controlar o comportamento da população das capitais brasileiras no que se refere aos fatores de risco em relação às doenças crônicas não transmissíveis que podem ao mesmo tempo diminuir as forças, comprometer a produtividade da população e, ainda, onerar o sistema público de saúde.

Como já pronunciado, a VIGITEL acompanha os fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. Sobre essa pesquisa pesam alguns questionamentos: Qual a razão para sua realização? E como esses dados são utilizados? À luz do biopoder, os dados servem para estabelecer a norma. Tendo sido estabelecido o que é normal, todos devem atender a norma. Ela pode se estabelecer como um comportamento a ser adotado pela população por diferentes vias, seja pela criação de uma lei, seja pela orientação do médico, seja pela criação de políticas públicas de saúde associadas às práticas de atividades físicas entre outras.

De acordo com Nascimento *et al.* (2017), o biopoder busca controlar os processos biológicos por meio da medicalização da vida e de protocolos estatísticos. Sobre essa perspectiva teórica, seria o caso de pensar que os indicadores foram criados para controlar a população? É com base nessa inquietação que o Gráfico 1 foi elaborado, como segue:

Gráfico 1. Percentuais de pessoas ativas e inativas em Palmas -TO



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Vigitel²⁴ (2006- 2019).

O Gráfico 1 traz dados sobre a população de Palmas²⁵ relacionados com a realização de atividade física. Nesse, observa-se tanto as mudanças ocorridas de um ano para o outro quanto a diferença entre os percentuais identificados para as mulheres e para os homens. O gráfico apresenta que houve um aumento no quantitativo tanto de mulheres quanto de homens, a partir de 2010, em relação à realização de atividade física. Observou-se, ainda, um decréscimo no mesmo público no que se refere à inatividade das pessoas em relação à realização de atividades físicas.

O crescimento no número de pessoas que realizam atividades físicas e o decréscimo do número de pessoas que não realizam atividades físicas regularmente podem ser analisado como diretamente proporcionais, visto que tanto um grupo quanto o outro podem estar sujeitos às mesmas influências. Influências estas que serão discutidas a seguir.

Além das motivações que podem ter permeado a inclusão da atividade física como determinante e condicionante de saúde na Lei nº 8.080/90 e dos interesses do MS em relação ao monitoramento da população quanto à regularidade de quem realiza atividade física, é necessário considerar as particularidades que envolvem a cidade de Palmas, como, por exemplo, os aspectos urbanísticos que, em alguma medida, contribuem²⁶ para o desenvolvimento de práticas de atividades físicas.

As influências sociais que conduzem à realização de atividades físicas podem ser observadas a luz do que traz Foucault (1987, p. 183):

Segundo as normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam.

As normas sociais marcam o lugar, como será debatido com maior profundidade mais à

24 Atividade Física: Indivíduos ≥18 anos que realizam atividade física no tempo livre equivalente a pelo menos 150 de atividade de intensidade moderada por semana; fisicamente inativos: Indivíduos ≥ 18 anos que informa não ter praticado qualquer atividade física no tempo livre nos últimos três meses e que não realizam esforço físico relevante no trabalho, não se deslocam para o trabalho ou para a escola a pé ou de bicicleta e que não participam da limpeza pesada de sua casa.

25 Não é objeto desta pesquisa realizar um estudo comparativo entre as capitais brasileiras. A VIGITEL teve justamente este objeto, comparar os resultados obtidos nas capitais, com vista a criar indicadores de normalidade.

26 O planejamento urbanístico contribui para o desenvolvimento de práticas esportivas ao contemplar equipamentos públicos como pistas para caminhada ao redor das quadras residenciais e comerciais, parques esportivos como, por exemplo o Parque Cesamar e o Parque dos Povos indígenas; e ainda com academias ao ar livre instaladas em vários pontos da cidade, entre eles: as praças, os parques, em frente a postos de saúde e na orla criada pela formação do lago da Usina Hidrelétrica do Lajeado.

frente. O desenho da cidade, a exemplo da Praça dos Girassóis, que é utilizada pela população para a realização de atividades físicas, é compreendido como consequência das normas sociais que sinalizam a respeito de um determinado comportamento, como no caso do exemplo do uso regular dessa Praça para a realização de atividades físicas.

Biopoder como medida regulamentadora

A publicidade dos relatórios anuais da VITIGEL, em que apresenta como resultado o crescimento em relação ao número de pessoas que realizam atividade física, pode ser entendida como uma forma de controlar o comportamento das pessoas, visto que, na perspectiva do biopoder, a normalização dos corpos, diferenciando o que é normal do que é anormal, é uma estratégia de poder para controlar a população.

A análise da influência tanto da Lei nº 8.080/90 quanto dos dados da VIGITEL no comportamento da população é observada na narrativa de Zeus:

Quem puder começar que comece logo não espere chegar a segunda-feira, se der vontade faça na sexta, mas faça; se der vontade no domingo, faça; não espere a segunda, o final do ano, o próximo ano, eu não tenho isto, eu passo uma semana sem treinar e volto a treinar na sexta-feira deu vontade treinar na sexta, treina na sexta, dá vontade treinar no domingo eu treino no domingo, eu acho que tem que ser assim, tem que correr atrás da saúde, atrás de bons hábitos, isso vai melhorar o nosso dia a dia porque a gente vive numa sociedade muito estressante.

Quando Zeus associa a atividade física à melhoria nas condições de saúde, tendo em vista o estresse causado pela vida agitada nas grandes cidades, percebe-se que a atividade física é entendida como uma ação medicamentosa para diminuir os riscos de adoecer: “Tem que correr atrás da saúde, atrás de bons hábitos”.

A influência a que as fontes estão sujeitas, de acordo com Thompson (2002, p. 146), “quer a partir de posições pessoal ou de agregados, a percepção social dos fatos [...] estão todos sujeitos a pressões sociais do contexto em que são obtidos”. Nesse sentido, não cabe ao pesquisador determinar se os eventos são ou não verdadeiros, mas sim evidenciar o significado social dos fatos narrados pelo entrevistado. Assim, o que é possível interpretar da narrativa de Zeus é que ela valida a ideia de que a atividade física promove o bem-estar da população “Isso vai melhorar o nosso dia a dia porque a gente vive numa sociedade muito estressante”.

A preocupação do Estado com a população pode ter motivações outras que não a do bem-estar da população. A possibilidade de análise da fonte documental e oral, à luz do biopoder, pode sinalizar para preocupações outras como, por exemplo, a promoção de atividades econômicas como a venda de produtos e serviços ou até mesmo a promoção de uma medicina preventiva, tendo como motivação a diminuição nos custos com a saúde pública como foi levantado por Eros em três momentos da entrevista: uma em relação à criação da necessidade com a venda de produtos:

[...] eu preciso melhorar o meu desempenho, eu preciso compra um tênis, aonde eu vou comprar um tênis aqui em Palmas, a gente indica, - Olha, vai na loja tal, na loja tal.

Outra em relação à oferta de serviços relacionados às atividades físicas com a saúde:

[...] porque você sair correndo, você pode sair correndo, você põe um tênis e sai correndo, mas para você ter um bom desempenho e evitar lesões precisa-se de quê? De orientação [...].

E, em seguida, quando apresenta as atividades físicas como promotora da saúde:

[...] O incentivo à prática esportiva deveria ser muito maior por parte do poder público municipal, estadual, seja qual for ele. Porque eu identifico que com este incentivo para a prática da atividade física regular eu vou deixar de gastar com medicamento ou de investir no postinho de saúde que fica cheio.

De acordo com Foucault (1999), a partir do momento em que o ser humano começou a se preocupar com as ameaças que pudessem causar doenças, não só com aquelas que levam à morte de imediato, mas, sobretudo com aquelas que, por um longo período e sobre um grande contingente de pessoas, pudesse invalidar a população ou torná-la improdutiva, é que a saúde passou a ser uma preocupação do Estado e este passou a vigiar e controlar o comportamento da população.

A proposta de relacionar a atividade física com a saúde pressupõe o pensamento de Foucault (1987) quanto à possibilidade de moldar comportamentos que levem à maior produtividade do ser humano: “aumentar a produção, desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública; fazer crescer e multiplicar” (Foucault, 1987, p. 172).

A proposta do biopoder é que o controle da população ocorra de forma contínua e interrupta. É nesse sentido que o discurso é validado pelo comportamento que se deseja alcançar, como se observa no relato de Ares ao referir-se às atividades físicas:

Hoje eu adotei a atividade física como um estilo de vida mesmo, pretendo não parar e envelhecer com saúde e praticando atividade.

A ideia de que a atividade física é sinônimo de saúde ou de envelhecimento saudável não é uma garantia que se possa assegurar, caso o sujeito opte pela realização de atividade física, tendo em vista a infinidade de doenças à que a população está sujeita. Todavia, o discurso visa assegurar que a população acredite nessa “verdade” e, assim, a aceite sem questionar. O biopoder atua de forma a antecipar comportamentos transgressores, por meio da promessa de saúde. Este aspecto pode ser observado na reprodução do discurso do Estado pela população, como consta da narrativa de Ares:

É necessário fazer um certo malabarismo, mas a gente consegue, a gente sempre arruma um tempo. Até eu digo, se a gente não conseguir um tempo para cuidar da saúde. Se você não consegue este tempo, quando você ficar doente, certamente você vai ter que arrumar um tempo. Então vamos arrumar este tempo e praticar atividade física, cuidando da saúde.

Os argumentos colocados por Ares tentam imprimir uma necessidade ao ato, de forma que a disciplina seja aplicada sem resistência, como se observa: “É necessário fazer certo malabarismo”, “Se a gente não conseguir um tempo para cuidar da saúde”, “Quando você ficar doente, certamente você vai ter que arrumar um tempo”.

Na perspectiva do biopoder, o tempo do não trabalho deve ser dedicado a atividades que garantam a produtividade. Todo o tempo deve ser ocupado com atividades produtivas que garantam a sua continuidade. Dessa forma, não importa como, mas sim que o ato tenha sido cumprido (Foucault, 1987). O argumento de que “é necessário reservar um tempo para cuidar da saúde, pois do contrário irá ficar doente” reforça a influência da biopolítica de incentivo à realização de atividade física presente na Lei nº 8.080/90.

Da proibição²⁷ ao incentivo

Como mulheres e homens reagem às normas legais relacionadas à realização de atividades físicas? O Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, proibia as mulheres de praticarem atividades físicas; já a Lei nº 12.864, de 24 de setembro de 2013, buscou incentivar tanto às mulheres quanto aos homens a realizar atividades físicas regularmente. Nota-se uma mudança na noção de saúde, em que a atividade física passou a ser considerada como um fator determinante e condicionante da saúde, incentivando mulheres e homens a realizar as mais diversas modalidades de atividades físicas.

As motivações fundamentadas no argumento da atividade física contribuir para a saúde estão sustentadas na ideia de medicalização dos corpos, presente no referencial teórico do biopoder (Foucault, 1999), como pode ser observado na narrativa de Carmenta:

Eu sei que eu preciso fazer, independentemente de qualquer outra coisa, só que assim, a gente sempre procura um meio mais prazeroso né. Acho que o funcional acaba trazendo isso.

O incentivo à realização de atividade física pelos órgãos de saúde não pode ser considerado como o único aspecto que influencia na decisão de praticar atividade física. A estratégia da sedução, do convencimento, da persuasão fica perceptível na narrativa de Carmenta, embora a justificativa mais recorrente para a realização de atividade seja a saúde.

Mediante a metodologia de história oral, foi possível identificar a presença da cobrança social sobre o corpo e como ela influencia na decisão final, como se observa na narrativa de Carmenta:

A questão da estética também é importante porque a gente sabe que quando faz exercícios acaba que todo mundo fala que a gente fica mais jovem né, rejuvenesce, ajuda a prevenir várias coisas, principalmente essa parte da estética. A gente é mulher; acaba se importando um pouco mais né. A questão da vaidade, a gente se preocupa, principalmente quando os anos vão passando e o metabolismo vai ficando mais lento. Com certeza a estética também é uma delas.

A busca pela saúde é um dos argumentos utilizados para justificar a motivação para a realização de atividades físicas, evidenciando que a ação do biopoder se efetiva por meio de medidas adotadas pelo Estado. Porém, o biopoder atua por diferentes perspectivas, como foi possível observar na narrativa de Carmenta. A estética ou a busca pela beleza, apesar de não ser uma norma imposta por lei, acaba sendo uma norma criada socialmente. A ação massificante do biopoder, relacionada aos aspectos sociais ligados à beleza, faz com que mulheres e homens acreditem que a decisão é livre de influência, como é possível verificar na narrativa de Flora:

No início foi por conta da saúde e em seguida foi a estética, estou gostando, o corpo está ficando mais definido, tem também a questão da alimentação, eu comia muita massa, depois das mudanças comecei a comer bastante verdura, fruta, comida saudável, então fui desenvolvendo o hábito [...] uma coisa levou a outra, atividade física e alimentação saudável, hoje em dia estas coisas não são uma obrigação.

²⁷ O Decreto-Lei nº 3.199, art. 54 estabeleceu a proibição de práticas esportivas incompatíveis com a natureza feminina (DEVIDE, 2012).

A última parte da narrativa de Flora chama a atenção sobre a influência do biopoder “Hoje em dia estas coisas não são uma obrigação”. Thompson (2002, p. 149) alerta que o significado social da informação oferecida pela evidência da entrevista “situa-se em algum ponto entre o comportamento social concreto e as expectativas ou normas sociais da época”. O contexto em que a narrativa de Flora foi construída contribui para que ela a aceite sem grande resistência, visto que a atividade física, em Palmas, é um comportamento social desenvolvido pela população.

Tornar o ato natural, retirando dele qualquer possibilidade de questionamento, permite recorrer à noção teórica de Foucault (1987) sobre os corpos dóceis. De acordo com Diniz e Oliveira (2014, p. 150), “a ideia de um sujeito útil e dócil é uma concepção positiva utilizada por Foucault para dissociar os termos repressão e dominação que definiam a intervenção violenta do Estado sobre os cidadãos”, que ao determinar como deve ser o comportamento, procura levá-los a acreditar que não é uma obrigação.

O corpo pode ser utilizado como um instrumento de controle pelo Estado, procurando manter a disciplina do corpo. Conforme Diniz e Oliveira (2014), a biopolítica impressa na legislação de saúde, que aponta a atividade física como determinante e condicionante da saúde, sinaliza para que a atividade física seja considerada como uma forma da biopolítica para construir o corpo economicamente mais ativo e politicamente mais dócil.

Na narrativa de Juno, apresentada a seguir, é possível perceber três aspectos que merecem análise:

No meu caso, tive dois filhos em sequência, então passei dois anos sem praticar atividade física e eu comecei a me sentir mal, sentir cansaço, aí eu optei por voltar a praticar para melhorar na questão da saúde.

O primeiro aspecto a ser analisado é: “Tive dois filhos em sequência” - este argumento é apresentado como o fator que a impediu de continuar realizando atividade física regularmente. O segundo aspecto é: “Comecei a me sentir mal” - na narrativa apresentada por Juno, o “se sentir mal” foi exemplificado como sendo resultado do cansaço que passou a sentir após ter parado de realizar atividade física. O terceiro aspecto é: “Eu optei por voltar” - este aspecto foi justificado pela necessidade de melhorar a saúde.

Levando em consideração a análise da narrativa a partir de Thompson (2002), passa-se a observar a sequência dos fatos narrados. Nesse sentido, a importância do testemunho oral está não no apego aos fatos narrados, mas, antes, em sua divergência com eles. Para além dos argumentos apresentados por Juno, os três aspectos apresentados podem ser entendidos como sendo decorrentes do comportamento social ao qual Juno faz parte, ou seja, à luz do biopoder; basta que ela encontre razão em se manter dentro da norma.

Nesse sentido, a proposta dessa discussão foi apresentar como o biopoder, por meio dos seus mecanismos, influência na decisão de realizar atividade física. O biopoder age a partir do que é construído socialmente em cada época e lugar, o que explica as razões pelas quais as pessoas passaram a realizar atividades físicas e entende-las como benéfica ao bem-estar da população em Palmas - TO.

Este estudo não se esgota na análise da influência do biopoder em relação à decisão de realizar atividade física, mas se amplia para a possibilidade de analisar como esse poder atua sobre o comportamento de mulheres e homens, uma vez que o entendimento é que a norma presente é uma construção social. Dessa forma, os estudos de gênero denunciam que as construções sociais para os corpos de mulheres e de homens são distintas.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, discutiu-se os mecanismos de controle e vigilância do corpo a

partir do referencial teórico do biopoder, com base em fontes orais e documentais. A partir da análise da Praça dos Girassóis como espaço de sociabilidades mediadas pelas práticas corporais, foi possível desenvolver o argumento de que a atividade física opera como uma estratégia biopolítica de normalização dos corpos, acionada por discursos médicos, midiáticos e institucionais que reforçam padrões estéticos e normas de saúde.

O estudo evidenciou que o biopoder atua de forma difusa e eficaz ao internalizar nas subjetividades a necessidade de se adequar aos modelos normativos de corpo e saúde. Tal influência pôde ser observada nos relatos das(os) entrevistadas(os), como no caso de Carmenta, cuja prática corporal se iniciou por recomendação médica para aliviar dores na coluna; e de Minerva, que resistiu inicialmente, mas cedeu à lógica da prevenção de doenças como diabetes e colesterol. Essas narrativas revelam como os discursos biomédicos operam na constituição de sujeitos que se responsabilizam pela própria saúde, como preconiza a racionalidade neoliberal.

Além disso, observou-se que o biopoder não atua apenas pela coerção, mas também pela sedução, ao vincular a prática de atividades físicas à promessa de um corpo idealizado. Essa dimensão estética do controle biopolítico apareceu nas falas de Carmenta, que associava o exercício físico ao rejuvenescimento, e de Flora, preocupada em manter-se magra. A busca pela beleza, portanto, aparece entrelaçada à busca pela saúde, conformando uma lógica em que o corpo saudável é também um corpo socialmente aceito e valorizado.

O caso da Praça dos Girassóis, amplamente utilizada para práticas físicas orientadas, torna-se emblemático para refletir sobre como os espaços públicos podem ser apropriados como locais de disciplinamento dos corpos, sob o manto da promoção da saúde e da qualidade de vida. O destaque midiático dado ao resultado da VIGITEL, que qualificou Palmas como a “capital mais magra do Brasil”, contribuiu para reforçar a normatização de condutas e corpos, a partir de dados estatísticos utilizados como dispositivos de regulação.

Assim, a partir da história oral como método e da biopolítica como referencial teórico, este estudo contribuiu para compreender como práticas cotidianas, aparentemente voluntárias, estão imersas em tramas de poder que orientam condutas, produzem subjetividades e estabelecem critérios do que é normal, saudável e desejável. A Praça dos Girassóis, enquanto espaço público de prática corporal, revela-se também como território simbólico onde se inscrevem os efeitos de políticas de saúde, discursos normativos e estratégias de controle social.

A prática de atividades físicas na contemporaneidade, especialmente em espaços públicos como a Praça dos Girassóis, não pode ser compreendida apenas como escolha individual ou preocupação com bem-estar, mas como fenômeno social historicamente constituído, atravessado por forças políticas, culturais e econômicas que operam na constituição dos corpos e das subjetividades. O biopoder, portanto, se expressa tanto nos discursos de saúde quanto nos anseios estéticos, fazendo do corpo um campo de disputa simbólica e material.

Referências

Aronowitz Robert. **The converged experience of risk and disease**. The Milbank Quarterly, vol. 87, n. 2, 2009. pp. 417-442. Disponível em:

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Vigitel Brasil 2006**: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2008. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2006.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2007**: Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2008. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/>>

[publicacoes/vigitel_brasil_2007.pdf](#)>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2008:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2009. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2008.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2009:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2009.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2010:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2011. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2010.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2011:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2011.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2012:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2013. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2012.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2013:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2014. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2013.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2014:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2014.pdf>. Acesso em: 3/09/2017

BRASIL. **Vigitel Brasil 2015:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2017a. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>>

BRASIL. **Vigitel Brasil 2016: em uma década:** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2007b. Disponível em: <<http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/VIGITEL-2016.pdf>>. Acesso em: 3/09/2017.

BRASIL. **Vigitel Brasil 2016.** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2016. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>>. Acesso em: 3/09/2017.

BRASIL. **Vigitel Brasil 2017.** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico Brasília 2017. Disponível em: <<https://sbpt.org.br/portal/wp-content/uploads/2019/01/VIGITEL-2017-18.pdf>>. Acesso em: 3/09/2017.

BRASIL. **Vigitel Brasil 2018.** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico Brasília 2018. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>>. Acesso em: 3/09/2017.

BRASIL. **Vigitel Brasil 2019.** Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília 2019. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>>. Acesso em: 3/09/2017.

COELHO, Débora de Moraes, FONSECA, Tania Mara Galli. **As mil saúdes: Para quem e além da saúde vigente.** Psicologia & Sociedade; v. 19, n. 2, p. 65-69, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2013. Tradução de Francisco Morás. Título Original: Déchiffre le corps: penser avec Foucault.

DEVIDE, Fabiano Pries. **Histórias das Mulheres na natação brasileira no século XX: das adequações às resistências sociais.** São Paulo: Hucitec, 2012.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves, OLIVEIRA, Almeida Alves. **FOUCAULT: do poder disciplinar ao biopoder.** Scientia. vol. 2, nº 3, p. 01 – 217. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Tradução: de Roberto Machado.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. Tradução: de Maria Thereza da Costas Albuquerque. Título Original: Historie de la Sexualité: Le souci de soi.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Título original: L'Archéologie du Savoir.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987. Tradução: de Raquel Ramallete. Título Original: Surveiller et punir.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Trad. Mana Ermantina Galvão – São Paulo: Martins fontes, 1999.

FURTADO, Rafael Nogueira, CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. **O conceito de Biopoder no pensamento de Michel Foucault.** Revista Subjetividades, Fortaleza, dezembro, 2016. pp. 34-44.

KRAEMER, Fabiana et al. O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24 [4]: 1337-1359, 2014.

NASCIMENTO, Stephany de Sá. et al. **Colônia de férias: disciplina e biopolítica**

POGREBINSCHI, Thamy. **Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder.** *LUA NOVA* n. 63, 2004.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Da gordinha à obesa. Paradoxos de uma história das mulheres.** labrys, études féministes/ estudos feministas janvier/ juin / 2014 -janeiro/junho 2014. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys25/corps/denise.htm>>. Acesso em: 11/06/2018.

SILVA, Anderson Nowogrodzki da. **O cuidado de si como forma de resistência ao biopoder: a barba como agente desestabilizador do dispositivo midiático.** REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura, v.7 n.2 dezembro, 2015. pp. 94 – 113.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. CRUZ, Murilo Galvão Amancio. **O conceito de**

medicalização em Michel Foucault na década de 1970. Interface comunicação, saúde e educação. pp.721-31. 2018: Acesso Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/nmQnN5Q5RpqPWrDj5vHjwCf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 31/05/2021.

Recebido em 30 de abril de 2025.

Aceito em 03 de maio de 2025.